



ESTRATÉGIA & AÇÃO

O 2º TURNO DAS ELEIÇÕES E A ECONOMIA DO AMAZONAS

Nilson Pimentel (*)
26/01/2018 – JCAM

Enfim, chega-se ao final de mais um processo democrático de eleições diretas e livres no Brasil, sem que a população saiba as propostas dos candidatos para tirar o Brasil dessa estagnação econômica que se encontra, com grave processo de desindustrialização e a maior taxa de desemprego de sua breve História Econômica.

De um lado, já se conhece os perversos estragos, consequências e resultados negativos provocados pela ideologia esquerdista que assola o país nesses últimos 20 anos, e de outro o desconhecido intuito dessa direita que se reorganiza nessa disputa eleitoral 2018.

Aqui no Amazonas não deixa de ser diferente, notadamente pela polaridade entre o se descortina de experiente e o inexperiente, no referencial à gestão e governança pública estadual.

Na realidade apresentada, se vê um candidato que tampouco conhece a História Econômica do Amazonas e desconhece o que se trata a gestão pública de um Estado Federativo complexo como o Estado do Amazonas e, de outro lado, o que se autodenomina de experiente, por ter governado esse estado por três mandatos no executivo estadual, mas que foi um dos responsáveis por manter um grupo de políticos que implementaram, o que os economistas do Clube de Economia da Amazônia – CEA chamam de mentalidade de gestão do atraso em todo o Amazonas, revertendo-se por longos 40 anos na gestão pública desse Estado, sem comprometimento com o futuro econômico do Amazonas, haja vista, o estado de entraves econômicos que se encontra a economia amazonense.

Ainda assim, mesmo em todas as discussões públicas de debates políticos, ainda não se identificou nenhum comprometimento com esse futuro econômico, o que impacta toda uma sociedade esperançosa de melhorias, principalmente de empregos, de ganhos econômicos que se possa ter a dignidade de sustentar suas famílias, pois não existe melhor atendimento das demandas sociais e distribuição da renda, que não seja por criação de empregos nas atividades econômicas produtivas, não adianta instituir paliativos de bolsas disso ou daquilo, pois o que caracteriza um crescimento do processo econômico sustentável é o crescimento de atividades econômicas que empregam os fatores de produção, como o trabalho, que gerem resultados positivos e renda à sociedade, e não esmolas como se o cidadão fosse transformado em escravo social.

Como sempre pontuam os economistas do CEA, atualmente, a economia regional amazonense aponta para noções de intertemporalidade e de irreversibilidade na trajetória do desenvolvimento econômico baseada exclusivamente nas atividades do projeto Zona Franca de Manaus – ZFM e seu Polo Industrial de Manaus – PIM, com fortes determinantes de refenato econômico dependente.

Vale lembrar que aspectos e referências de um passado recente influencia o presente e este poderá marcar um futuro nada promissor, e que as propriedades iniciais não coincidem com as propriedades dos tempos atuais de mudanças constantes, e assim em decorrência, de tal forma que a situação no tempo zero dificilmente será recuperada no tempo seguinte.

Para os pesquisadores do CEA, a atual situação que a economia do Amazonas se encontra, ainda sem nenhum processo de desenvolvimento econômico regional que se possa identificar como próprio ou endógeno, que somente dependa da capacidade de competência de seus gestores públicos e dos conhecimentos científicos tecnológicos da realidade econômica de seus Municípios, o momento econômico atual requer um novo papel para a gestão e governança pública estadual, quanto as questões e proposições técnicas voltadas ao desenvolvimento local as quais devem atender um norte de 'intervenção', indução pragmática, o qual não se valorize em absoluto o princípio especificamente de mercado, nem o princípio do dirigismo estatal ou "vontade" do governante por sempre se achar "sabedor ou conhecedor" de todas as questões econômicas que envolvem a economia do Amazonas, como sempre tem acontecido.

Pois, em primeiro instante, não se aceita a crença cega de que o mercado e os preços são os únicos mecanismos de coordenação das ações dos agentes econômicos envolvidos, mas haverá de se considerar as questões sócio-ambientais regionais locais.

E, enquanto ao segundo, a sociedade não aceita mais o dirigismo generalista que os gestores públicos são os únicos conhecedores de todas as questões econômicas regionais locais, o que resulta na conhecida burocracia pesada, única, dirigida, o que leva ao mando de uma hierarquia inadequada às questões do desenvolvimento econômico endógeno e ao desperdício de recursos financeiros escassos.

Portanto, senhores futuros gestores públicos e o gestor-executivo estadual, quando forem tratar do Planejamento Economico Estratégico, de programas e projetos para o desenvolvimento econômico regional endógeno, levem em consideração fatores determinantes para suas gestões, tais como a descentralização administrativa-fiscal-financeira entre as instâncias da governança da gestão pública estadual, as questões da descentralização produtiva-organizacional ocorrida nos setores econômicos envolvidos e a atenção para a concorrência econômica regional devido ao ambiente econômico aberto, pois haverá necessidades de se promover em nível regional local, processos de aprendizagem contínua e interativa do fator trabalho, refletido na mão de obra regional local, entre estes e as empresas e entre os dois conjuntos e as instituições públicas e privadas.

A futura gestão pública do estado do Amazonas, além daquelas orientações e alertas, deve proceder, antes de tudo, a reestruturação orgânica da administração pública do Amazonas, pois da forma como se encontra, atrapalhada e sobreposta em funções essenciais fins misturadas com atividades necessárias meios, torna-se impossível uma gestão eficiente.

Assim, recuperar a capacidade de investimentos em plataformas estruturantes, com o objetivo de melhorar e recuperar a infra-estrutura econômica regional e de criar um efeito virtuoso sobre o emprego, produto e renda para esse novo momento que se quer induzir, bem como concorrer para recuperar a atração de investimentos produtivos diretos, estrangeiros e nacionais, para projetos de desenvolvimento econômicos endógenos.

(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.